

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA

Fernando Venâncio¹

Professor na Universiteit van Amsterdam

Uma das afirmações mais acertadas, e também mais desconcertantes, sobre linguística histórica foi feita por William Labov, em texto de 1994. Segundo o célebre sociolinguista norte-americano, a descrição dum *estado de língua* em épocas muito recuadas equivale, sempre, a fazer o nosso melhor com dados deficientes («making the best use of bad data»). Com efeito, mesmo o exame exaustivo de volumosas produções escritas na Baixa Idade Média (entre elas as portuguesas) só parcialmente permite reconstituir o léxico então circulante.

A conservação dos suportes (sobretudo manuscritos) era, já de si, matéria precária. E o conhecimento de obras salvas *in extremis* da perda absoluta permite-nos extrapolar, lamentando quanto se foi na voragem dos tempos. Algumas dessas obras tresmalhadas foram, de resto, referenciadas, e até citadas, noutras, restando-nos, pois, só esses vislumbres.

Outros livros, só um felicíssimo acaso os trouxe até nós. Darei três exemplos do século XVI português, todos relacionados com o Oriente.

O caso mais vezes aduzido, e que quase se suporia da ordem do mito, são os *Lusíadas* de Luís de Camões. O autor trabalhou neles ainda no Reino, prosseguindo o labor em terras orientais. Imaginamos o apego do autor ao promissor poema, e a aflição por preservá-lo aquando dum naufrágio no delta do Mecon. É a iconográfica cena da salvação a nado do manuscrito. Não sabemos quanto a escrita estaria avançada, mas a tentativa de refazer o que existisse poderia ter conduzido à simples desistência.

Outro exemplo. Em 1573, foi impressa em Goa a obra *Desengano de Perdidos*, do primeiro bispo local, Frei Gaspar de Leão. Era um libelo contra os seguidores do Islão, tidos como principais inimigos dos cristãos e por isso condenados às penas infernais. O único exemplar sobrevivente foi encontrado no século XX pelo filólogo Eugenio Asensio numa biblioteca em Espanha. O próprio investigador se encarregou da edição moderna, aparecida em Coimbra em 1958.

¹ fmvenancio@hotmail.com

Um terceiro e espectacular caso envolve a *História de Japam*, do jesuíta Luís Fróis. Ele deixara o Reino em 1548, ainda adolescente, e toda a sua actividade se desenrolou em Goa e no Japão. Eram célebres, e disputadas, as cartas que fazia chegar à Metrópole, autênticas obras jornalísticas. Muita dessa correspondência foi utilizada por Fróis para uma monumental História da nação japonesa. Só que os superiores da Companhia, nada entusiasmados, impediram a publicação. O jesuíta escondeu o manuscrito em Macau, onde só no século XIX iria ser encontrado. Acabou publicado em Lisboa, pela Biblioteca Nacional, nas décadas de 1970 e 80, em cinco portentosos volumes.

Estes cenários não são, de modo nenhum, invulgares. A linguista portuguesa Clarinda de Azevedo Maia declarava, num artigo de 2002: «Os textos escritos correspondentes a fases passadas do devir histórico da língua que chegaram até nós por contingência histórica representam uma parte – em certos períodos, talvez uma parte diminuta – do mundo textual da época a que dizem respeito». Daí vivermos sempre na esperança de que mais algum manuscrito, ou impresso, regresse à luz do dia.

Uma cápsula do tempo

Se os suportes são precários, não o são menos os seus elementos mínimos, os do léxico. O linguista espanhol José Jesús de Bustos Tovar exprime-o, em artigo de 2008, nestes termos:

O tipo de vocabulário que aparece documentado não é senão uma pequena parte do caudal léxico do idioma. Deveria descrever-se com a maior exactidão possível quais são os campos semânticos de que possuímos documentação, já que à escrita passa uma ínfima parte do vocabulário necessário para a vida quotidiana e as relações entre as pessoas. Isto significa que só podemos conhecer uma pequena parte do "vocabulário real" que pertence à herança patrimonial. Portanto, a documentação escrita, por muito valiosa que seja, projecta-nos um mapa em escala muito reduzida da realidade léxica.

Na realidade diária de então, andava, pois, em uso um léxico mais amplo do que a escrita consignou, e depois conservou, sendo-nos esse acervo restante, porventura, para sempre inacessível. Parte dele é, ainda assim, recuperável. Disso, pude fazer um dia a demonstração.

O teatro quinhentista português, dando palco a uma informalidade lexical que se perdera nas Cantigas de Escarnho e Mal Dizer, servia-se de vocabulário que, em parte, pela primeira vez se via escrito. Numa prospecção ao adjectivo patrimonial, verificamos acharem-

se em Gil Vicente *idoso*, *rabugento* e *tolo*, e em Jorge Ferreira de Vasconcelos *acanhado*, *corriqueiro* e *destemido*. O facto de estes vocábulos estarem vivos no actual galego fornece a prova da sua ancianidade medieval. Isto é: o galego funciona como uma 'cápsula do tempo', datando de séculos antes esse vocabulário, que nunca havia aparecido em documentação portuguesa.

Uma observação se impõe, todavia. Os materiais linguísticos medievais a que temos acesso são, em si mesmos, suficientes para o identificar e descrever dum *sistema gramatical* consistente. Foi o que fez Pär Larson no seu excelente estudo *A língua das Cantigas. Gramática do galego-português*, de 2019. Com efeito, esse sistema, já identificável desde o ano 600 d.C., dispunha duma morfologia, duma sintaxe e mesmo duma fonologia que, no momento em que se iniciou a escrita, formavam um conjunto coerente e estabilizado. Era uma autêntica *norma-padrão*, desenvolvida ao longo de séculos de utilização oral do idioma na Galécia Magna, como demonstrei em *Assim nasceu uma língua. Sobre as origens do português*, de 2019. Só a ortografia se apresentava caótica, e assim se conservaria por muito tempo, devido à dificuldade em reproduzir graficamente certas sonoridades, ou sequências de sonoridades, próprias do sistema do Noroeste peninsular.

Datações e etimologias

Para a identificação do nosso léxico até 1500, dispomos de excelentes recursos, Destaco o *Vocabulário histórico-cronológico do português* de Antônio Geraldo da Cunha, o *Corpus informatizado do português medieval* do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, o *Dicionário de dicionários do galego medieval* de Ernesto González Seoane e.a., o *Glosario da poesia medieval profana galego-portuguesa* do Grupo de investigación lingüística e literaria galega e o *Corpus Xelmírez. Corpus lingüístico da Galicia medieval* do Instituto da Lingua Galega.

Para a época medieval e posteriores, mencione-se *O corpus do português* de Mark Davies e Michael Ferreira.

Para estas e outras fontes de informação, e quando uma datação está em jogo, recomenda-se um controle aturado. A exacta *datação* dum elemento do léxico não foi, por vezes, a maior preocupação dos autores de dicionários e de *corpora*. O próprio investigador deve permanecer atento a datações, e não é raro ele ter de revê-las, perante informação posterior. Forneço um exemplo pessoal.

Na primeira edição de *Assim nasceu uma língua*, datei de 1522, num auto de Gil Vicente, a primeira documentação de *minhoca*. Fi-lo achando já a datação estranhamente tardia, mas não tinha melhor informação. Um investigador galego facultou-me data mais convincente, no *Livro da Montaria*, atribuído ao rei João I, do primeiro quarto de Quatrocentos. Até que um segundo informador galego colocou a primeira aparição em 1318, no *Livro de Alveitaria*, assinado pelo veterinário Mestre Giraldo. Até aí chegou, portanto, a prospecção. Podemos, contudo, tranquilamente admitir que a denominação corrente do conhecido verme foi anterior, quem sabe mesmo muito anterior, a esse último ano, tendo *minhoca* só então adquirido forma escrita.

Esses cuidados valem igualmente para a identificação das *etimologias*. Também aqui um olhar crítico e uma longa prática nos serão bons guias.

Um princípio comezinho, mas útil: quanto mais curioso ou espectacular for um achado etimológico mais se justifica a desconfiança. Um bom exemplo achava-se na primeira edição do *Houaiss Eletrônico* na entrada *barafunda*. Aí se dava a seguinte informação etimológica: «orig.obsc.; Nei Lopes propõe o quimb. *mbala* 'aldeia' e top. angolano *Funda*, aglomerado populacional onde havia confusão e balbúrdia». O primeiro elemento, «origem obscura» é exacto. Mas a proveniência era outra. O vocábulo aparece em português em 1554, numa peça de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Mas já em 1435 *barafunda* se encontra em texto castelhano (mais tarde evoluirá para *barahúnda*). Não seria concebível que uma palavra como essa tivesse surgido independentemente nos dois idiomas. Com efeito, em pleno século XVI (e, na realidade, entre 1450 e 1730), o nosso idioma achava-se sob forte influência castelhana, e *barafunda* é uma entre milhares de aquisições feitas desse idioma. Moral da história: o conhecimento do contexto histórico e de línguas vizinhas acautela-nos para semelhantes deslizes. O *Houaiss* eliminou, entretanto, a imaginosa etimologia.

Mesmo em casos de autêntica ignorância da origem, um etimologista sério não se coíbe de apontá-la. «Não sabemos» pode ser uma valiosa expressão científica. Acontece que esses sinceros, e naturalíssimos, vazios no nosso conhecimento são rapidamente preenchidos por intervenções parasitas, habitualmente de tipo monotemático (se não se conhece um étimo, é porque a origem é fenícia, ou árabe, ou banto).

Esse convencimento duma geral incapacidade alheia leva a 'corrigir' ditos popularizados que poderiam parecer simplórios. Exemplo recente é a sugestão de que *Quem tem boca vai a Roma* seria fruto duma deturpação, sendo o ditado correcto *Quem tem boca vaia Roma*. No Brasil, essa convicção foi difundida pelo Professor Pasquale. O

funcionamento é conhecido: quanto mais 'formal' uma versão mais convincente ela nos soa. E uma pessoa detesta ser, socialmente, apanhada em falta. Trata-se, porém, duma 'correção' idiota. Dois dados o demonstram.

Primeiro, *Quem tem boca vai a Roma* era já corrente no século XVII. Citam o provérbio António Vieira e o dicionarista Bento Pereira. E, segundo, o verbo *vaiar* é de criação relativamente recente. Foi formado sobre o castelhanismo *vaya* e não se acha documentado antes de 1897.

Um processo de descobertas

Joga, em tudo isso, uma fundamental desafeição pelo factor histórico no idioma, e essa desafeição está mais generalizada do que poderia supor-se. Daí a incómoda posição do historiador da língua, sistematicamente posto no papel de actor irrelevante.

Isto pode dever-se, em Portugal, a que a investigação histórica do idioma, e particularmente do léxico, sejam sectores secundarizados na investigação linguística. O estudo centra-se, predominantemente, nas *estruturas*, decerto com excelentes resultados. Mas o exame de estádios pretéritos da língua é mais escasso, devendo sublinhar-se, todavia, a notável contribuição dos historiadores Ivo Castro e Esperança Cardeira. Algum estudo histórico de sublinhável qualidade no terreno do léxico tem vindo a ser desenvolvido pelos professores Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre e Sónia Duarte.

Seria, contudo, desejável que a investigação académica de teor histórico atingisse um público mais vasto, atalhando a desinformação amadorística e aumentando o interesse por uma informação seguramente bem-vinda.

Certo é isto: a História dos idiomas revela-se um processo de descoberta, ou descobertas, garantidamente gratificante para o indivíduo e para a comunidade. Eis razão suficiente para prosseguirmos nesta exigente tarefa de prospecção do passado.

Referências

BUSTOS TOVAR, José Jesús de. Léxico en el romance primitivo. In: CALLEJA, Beatriz Díez (ed.), *El primitivo romance hispánico*, Instituto Castellano Y Leonés de la Lengua, 2008, p. 319-323

LARSON, Pär, *A lingua das Cantigas*. Gramática do galego-português. Vigo: Editorial Galaxia, 2019

MAIA, Clarinda de Azevedo, *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses* [texto de 1993], Lisboa: Colibri, 2002

VENÂNCIO, Fernando, *Assim nasceu uma língua. Sobre as origens do português*. 5.ed. Lisboa: Guerra e Paz, 2020 [2019].

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267